

Mestrado em Ciências Económicas e Empresariais, pela Universidade do Algarve, em 2001, com classificação final de *Bom*. Pós-graduação em Contabilidade Pública em 2005, com média final de 15 valores.

Ingressou na função pública em 1 de Agosto de 2002 na carreira técnica superior, fazendo parte do quadro da Região de Turismo do Algarve.

Desde 23 de Janeiro de 2006 encontra-se requisitada na Câmara Municipal de Tavira.

De 23 de Janeiro a 31 de Julho de 2006 coordenou a Divisão de Planeamento e Programação de Investimentos.

Em 1 de Agosto de 2006 foi nomeada chefe da Divisão de Planeamento e Programação de Investimentos, em regime de substituição, cargo que ocupou até à presente data.

Na Região de Turismo do Algarve prestou assessoria técnica, efectuou candidaturas e pedidos de reembolso a programas nacionais e comunitários, emitiu pareceres e participou em reuniões tendo em vista a tomada de decisões superiores, essencialmente, sobre os programas de apoio mais apropriados para co-financiar os projectos do Plano Regional de Turismo do Algarve e da Região de Turismo do Algarve.

Na Câmara Municipal de Tavira, na Divisão de Planeamento e Programação de Investimentos, efectuou coordenação de várias candidaturas apresentadas e a apresentar a programas e iniciativas comunitárias; deu apoio na elaboração do orçamento e das opções do plano do município, bem como do relatório de gestão; acompanhamento das reuniões da Comissão PITER; acompanhamento da execução financeira dos protocolos celebrados entre o município de Tavira e entidades terceiras.

2611035735

CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS

Aviso (extracto) n.º 14 225/2007

Torna-se público que, por despacho do signatário de 20 de Julho de 2007 e ao abrigo dos artigos 21.º, 23.º e 24.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, aplicada à administração local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, foi renovada a nomeação em comissão de serviço, por mais três anos, com efeitos a partir de 28 de Setembro de 2007, da engenheira sanitária assessora Sandra de Oliveira Pedro, para o exercício do cargo de chefe da Divisão de Serviços Urbanos.

24 de Julho de 2007. — O Presidente da Câmara, *Carlos Manuel Soares Miguel*.

2611035855

Aviso (extracto) n.º 14 226/2007

Torna-se público que, por despacho do signatário de 20 de Julho de 2007, e ao abrigo dos artigos 21.º, 23.º e 24.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, aplicada à administração local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, foi renovada a nomeação em comissão de serviço, por mais três anos, com efeitos a partir de 28 de Setembro de 2007, da engenheira do ambiente principal Carla Patrícia Constantino Ribeiro, para o exercício do cargo de chefe da Divisão do Ambiente.

24 de Julho de 2007. — O Presidente da Câmara, *Carlos Manuel Soares Miguel*.

2611035876

CÂMARA MUNICIPAL DE VAGOS

Aviso n.º 14 227/2007

Nomeação

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por despacho do vereador, com competências delegadas, da Câmara Municipal de Vagos de 20 de Junho de 2007, foi nomeado, por urgente conveniência de serviço, a partir de 1 de Julho de 2007, para o lugar de técnico de informática-adjunto, nível 1, da carreira de técnico de informática, do grupo de pessoal de informática, do quadro de pessoal desta Câmara Municipal, o candidato Helder Renato Correia Monteiro.

O nomeado deverá tomar posse do respectivo lugar no prazo de 20 dias a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

20 de Julho de 2007. — O Vereador, com competências delegadas, *Carlos Manuel Simões Neves*.

2611035879

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VERDE

Rectificação n.º 1229/2007

Relativamente à publicação do aviso referente à licença sem vencimento de longa duração do funcionário Avelino Carlos Lopes Vilela, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 101, de 25 de Maio último, aviso n.º 9534/2007, rectifica-se que onde se lê «licença sem vencimento de longa duração» deve ler-se «licença sem vencimento por 90 dias».

16 de Julho de 2007. — O Vereador, com competências delegadas, *António Fernando Nogueira Cerqueira Vilela*.

2611035798

JUNTA DE FREGUESIA DE ABRIGADA

Aviso n.º 14 228/2007

Para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 407/91, de 17 de Outubro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que, nos termos previstos na Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, com as especificidades constantes da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, foi celebrado contrato de trabalho a termo resolutivo certo entre esta autarquia e Aníbal Ramos de Matos com início em 5 de Junho de 2007, na categoria de auxiliar de serviços gerais, escalão 1, índice 128.

O contrato será válido pelo período de um ano, nos termos do artigo 10.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, conjugado com o disposto no artigo 139.º da Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto.

25 de Junho de 2007. — O Presidente, *Joaquim Correia Pedro*.
2611035898

Aviso n.º 14 229/2007

Torna-se público que, por meu despacho de 27 de Fevereiro do corrente ano, e nos termos dos artigos 1.º e 10.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, foi renovado o contrato a termo resolutivo certo celebrado com a auxiliar de serviços gerais Maria de Lurdes Ferrão Seabra, pelo período de 12 meses, com início em 3 de Abril de 2007. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do disposto no artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

25 de Junho de 2007. — O Presidente, *Joaquim Correia Pedro*.
2611035897

JUNTA DE FREGUESIA DE BENAVIDA

Aviso (extracto) n.º 14 230/2007

Para os devidos efeitos se torna público que, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local através do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, e no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro, e por deliberação do executivo da Junta de Freguesia de Benavida, tomada na sua reunião extraordinária do dia 2 de Julho de 2007, foi aplicada a pena disciplinar de demissão a Eudóxia Cavaco Garcia, assistente administrativa especialista do quadro desta autarquia, dando origem à vacatura do respectivo lugar. A pena de demissão produz efeitos a partir do dia 5 de Julho de 2007.

9 de Julho de 2007. — O Presidente, *José da Silva Rodrigues Ribeiro*.
2611035726

JUNTA DE FREGUESIA DE BENFICA

Aviso n.º 14 231/2007

Foi Ana Paula Pereira Gaspar Santos, auxiliar técnica de análises, do quadro de pessoal da Junta de Freguesia de Benfica, exonerada,

a seu pedido, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2007, e autorizada pelo órgão executivo por deliberação de 12 de Julho de 2007.

19 de Julho de 2007. — O Presidente, *Domingos Alves Pires*.
2611035716

JUNTA DE FREGUESIA DE COVIDE

Rectificação n.º 1230/2007

Brasão, bandeira e selo

Por ter saído com inexactidão o edital publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 201, de 18 de Outubro de 2006, rectifica-se que onde se lê «escudo verde» deve ler-se «escudo de verde».

18 de Dezembro de 2006. — O Presidente, *Domingos Correia Antunes Fajaco*.
3000223633

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ALCOBAÇA

Aviso n.º 14 232/2007

Licença sem vencimento por um ano

Para os devidos efeitos, torna-se público que o conselho de administração deliberou, em reunião ordinária efectuada no pretérito dia 21 de Junho, com fundamento no artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, autorizar o funcionário do quadro de pessoal privativo destes Serviços Municipalizados Eduardo dos Santos Nogueira, operador de estação elevatória, de tratamento ou depuradora, a gozar licença sem vencimento pelo período de um ano, com início em 19 do corrente.

13 de Julho de 2007. — O Administrador do Conselho de Administração, *José Fialho Vinagre*.
2611035712

Aviso n.º 14 233/2007

Concurso interno de acesso geral para provimento de um lugar de especialista principal do grupo de pessoal técnico-profissional

1 — Para cumprimento do disposto no artigo 28.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, faz-se público que, em cumprimento da deliberação do conselho de administração do pretérito dia 21 de Junho, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso na 2.ª série do *Diário da República*, concurso interno de acesso geral para provimento de um lugar da categoria de especialista principal (carreira de desenhador), do grupo de pessoal técnico-profissional.

2 — Validade do concurso — o concurso é válido para a presente vaga e cessa com o seu preenchimento.

3 — Legislação aplicável — são aplicáveis as disposições constantes dos Decretos-Leis n.ºs 204/98, de 11 de Julho, 238/99, de 25 de Junho, 427/89, de 7 de Dezembro, 409/91, de 17 de Outubro, 404-A/08, de 18 de Dezembro, e 412-A/98, de 30 de Dezembro, e na Lei n.º 44/99, de 11 de Junho.

4 — Requisitos de admissão — podem candidatar-se os indivíduos que satisfaçam, cumulativamente, os requisitos gerais elencados no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e os especiais constantes do artigo 6.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 404-/98, de 18 de Dezembro, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro.

5 — Candidaturas — deverão ser formalizadas através de requerimento dirigido ao presidente do conselho de administração dos Serviços Municipalizados de Alcobaca, a entregar pessoalmente na Secção de Pessoal ou a enviar pelo correio em carta registada com aviso de recepção, endereçada à Rua da Liberdade, sem número, 2460-060 Alcobaca.

5.1 — Conteúdo do requerimento — deverá conter os seguintes elementos: identificação completa (nome, data de nascimento, filiação, residência, número do bilhete de identidade, serviços de identificação que o emitiram e validade respectiva) e número de identificação fiscal. Os candidatos devem também declarar no próprio requerimento, sob compromisso de honra, em alíneas separadas, a situação em que se encontram relativamente a cada um dos requisitos gerais e especiais referidos no n.º 4 do presente aviso.

5.2 — Documentos a anexar ao requerimento — os candidatos que não pertençam ao quadro de pessoal dos Serviços Municipalizados de Alcobaca devem anexar ao requerimento, sob pena de exclusão, cópias do bilhete de identidade, do certificado de habilitações literárias e ainda documentos autênticos ou autenticados comprovativos da satisfação dos requisitos especiais exigidos.

6 — Métodos de selecção — consistem na prestação de uma prova prática de conhecimentos, de natureza escrita, com a duração máxima de três horas, a pontuar numa escala de 0 a 20 valores, que versará as seguintes áreas:

Análise e interpretação de registos gráficos;
Informática — CAD — desenho assistido por computador.

7 — Classificação final — será expressa numa escala de 0 a 20 valores e corresponderá à pontuação atribuída à prova de conhecimentos.

8 — Publicidade — a relação de candidatos e a lista de classificação final serão publicitadas de acordo com o resultado da aplicação dos artigos 33.º, 34.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, com as adaptações introduzidas pelo artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho.

9 — Composição do júri:

Presidente — José Fialho Vinagre.
Vogais:

José Manuel Braga Rilho, que substituirá o presidente do júri durante as suas faltas e impedimentos.
Rui Miguel Ferreira da Graça.

10 — Em cumprimento do artigo 9.º, alínea h), da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, no acesso ao emprego e progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

13 de Julho de 2007. — O Administrador do Conselho de Administração, *José Fialho Vinagre*.
2611035714

Aviso n.º 14 234/2007

Renovação de contratos de trabalho a termo resolutivo certo

Para cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicável à administração local por força do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, faz-se público que o conselho de administração deliberou, com fundamento no artigo 139.º, n.º 2, da Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, aplicável à administração local por força da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, renovar pelo período de um ano, a partir das datas abaixo indicadas, os contratos de trabalho a termo resolutivo certo, oportunamente celebrados com os seguintes indivíduos:

Carlos Alberto Soares Mendes, operador de estação elevatória, de tratamento/depuradora, a partir de 13 de Junho de 2007.

Catarina Isabel Baptista Raposo, operadora de estação elevatória, de tratamento/depuradora, a partir de 13 de Junho de 2007.

Ricardo Jorge de Sousa Marques Pereira, operador de estação elevatória, de tratamento/depuradora, a partir de 13 de Junho de 2007.

Luís Miguel Pereira Andrade, leitor-cobrador de consumos, a partir de 2 de Maio de 2007.

Tiago José da Conceição Carmo, leitor-cobrador de consumos, a partir de 2 de Maio de 2007.

13 de Julho de 2007. — O Administrador do Conselho de Administração, *José Fialho Vinagre*.
2611035715

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANÉAMENTO DE OEIRAS E AMADORA

Aviso n.º 14 235/2007

Concurso interno de acesso geral para provimento de um lugar na categoria de técnico superior (engenharia civil) principal

1 — Torna-se público que, por deliberação do conselho de administração de 4 de Junho de 2007, encontra-se aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República*, concurso interno de acesso geral para provimento de um lugar na categoria técnico superior principal, escalão 1, índice 510, a que corresponde o vencimento líquido de € 1666,43, do quadro de pessoal destes Serviços.